

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

VOLUME LIV
2 0 1 1



COIMBRA

zona. 23. – O beco sem saída das políticas de austeridade. 24. – A situação em Portugal, país com uma burguesia parasitária, sempre a sonhar com uma Índia salvadora. 25. – O *Memorando de Entendimento* com o grupo financeiro FMI-UE-BCE. 26. – O *Memorando* é um ultimato humilhante: cumpri-lo só agrava a situação. 27. – A UEM: “fracasso de uma fantasia”? 28. – A hipótese do abandono do euro. 29. – O futuro imediato não parece fácil. 30. – Os motores da *globalização neoliberal* podem ser parados; a tese de que *não há alternativa* é um embuste. 31. – A política tem de substituir o mercado.

1. – Os trinta anos imediatamente posteriores a 1945 proporcionaram, em especial na Europa e nos EUA, taxas de crescimento económico relativamente elevadas e níveis aceitáveis de desemprego sem pressões inflacionistas preocupantes. Estes resultados, associados às políticas de inspiração keynesiana, convenceram alguns de que a ciência económica tinha descoberto a ‘cura’ para os vícios que Keynes atribuíra ao capitalismo (a possibilidade de desemprego involuntário e as desigualdades muito acentuadas). Falou-se da “obsolescência dos ciclos económicos” e celebrou-se a mirífica conquista do *capitalismo post-cíclico* ou *capitalismo sem crises*.

No início da década de 70 do século XX, o mito caiu por terra. Em agosto de 1971, a Administração Nixon rompeu unilateralmente o compromisso assumido em Bretton Woods de garantir a conversão do dólar em ouro à paridade de 35 dólares por onça troy de ouro, passando-se de seguida, por pressão dos EUA e com o aplauso da “irmandade dos bancos centrais” (F. Modigliani) ao regime de câmbios flutuantes.

Pouco depois, no meio da primeira crise do petróleo (1973–1975), surgiu a *estagflação*, fenómeno novo, caracterizado pela coexistência da estagnação económica (ou mesmo depressão) com taxas elevadas e crescentes de inflação, fenómeno que deixou perplexos e algo desorientados os defensores das teorias e das políticas keynesianas.

Os neoliberais aproveitaram a ocasião e, numa operação relâmpago de propaganda ideológica sem paralelo, colocaram Keynes, o ‘estado keynesiano’ e as políticas keynesianas no banco dos réus, culpando-os de todos os males do mundo, considerados estes como “as consequências económicas de Lord Keynes”, para usar uma expressão de Hayek, parafraseando o título de um célebre opúsculo de Keynes. Foi o início da “contra-revolução monetarista”, cujo triunfo fulgurante se traduziu na imposição dos dogmas neoliberais como a ideologia do *pensamento único*, significando, a este respeito, o regresso a concepções sobre a economia e sobre o papel do estado que, depois de Keynes, se julgavam definitivamente mortas e enterradas.

Após o desmantelamento da União Soviética e da comunidade socialista, os neoliberais de todos os matizes convenceram-se, mais uma vez, de que o capitalismo tinha garantida a eternidade, podendo regressar impunemente ao ‘modelo’ puro e duro do século XVIII.

Reinventado o *estado mínimo*, o estado capitalista munuiu-se de outras armas, para cumprir o seu papel nas condições históricas das últimas três ou quatro décadas. Anti-keynesiano, apostou na privatização do setor público empresarial; na destruição do estado-providência; na criação das condições para a hegemonia do capital financeiro; na plena liberdade de circulação de capitais; na liberdade da ‘indústria’ dos ‘produtos’ financeiros, criados em profusão, sem qualquer relação com a economia real, apenas para alimentar os jogos de azar jogados nas bolsas-casinos; na independência dos bancos centrais, senhores absolutos da política monetária, posta ao serviço exclusivo da estabilidade dos preços; na desregulamentação dos mercados; na redução dos direitos dos trabalhadores, em nome de uma pretensa competitividade; na flexibilização e desumanização do Direito do Trabalho (transformado em *direito das empresas* ou *direito dos empresários* e

negado na sua característica histórica de *direito dos trabalhadores*, inspirado no princípio do *favor laboratoris*).

Foi o reino do *deus-mercado*, foi a vitória do *capitalismo de casino*, foi a assunção (sem disfarce) do capitalismo como a *civilização das desigualdades*. A *política de globalização neoliberal*, apostada na imposição de um *mercado único de capitais à escala mundial*, assente na *liberdade absoluta da circulação de capitais*, conduziu à supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo e à criação de um mercado mundial da força de trabalho, acentuando a exploração dos trabalhadores (graças ao aumento enorme do *exército de reserva de mão-de-obra*) e as ameaças do *fascismo amigável* e do *fascismo de mercado*, de que falavam já, no início dos anos 1980, Bertram Gross e Paul Samuelson.

Teoricamente, pode falar-se – com acerto – de *substituição da política pelo mercado*, ou de *morte da política*, tal como a entendemos. Mas pode dizer-se também que, em certo sentido, esta é uma outra forma de fazer política, porque, tal como o estado, *o mercado é uma instituição política*.

Na verdade, a história mostra que o mercado é uma instituição recente na organização das sociedades humanas. Verdadeiramente, o mercado, enquanto instrumento de regulação da economia com base no mecanismo dos preços, surgiu apenas nos séculos XV/XVI, quando a economia real se separou da *economia doméstica* e a família deixou de ser a estrutura basilar da atividade económica (etimologicamente, a palavra economia significa governo da casa ou governo do lar). Quando a família-unidade-de-produção foi substituída por empresas e estas passaram a ser enquadradas por sociedades comerciais, separando o *património (individual e familiar) de cada um dos sócios* do *património das sociedades comerciais*. Só então as empresas, que não têm necessidades ‘vitais’, passaram a produzir, não para satisfazer as suas necessidades, mas para vender, com o objetivo de obter lucros. Só então o cálculo econó-

mico ganhou sentido e se tornou indispensável, para se poderem comparar custos e preços de venda e apurar se há lucros, condição indispensável para evitar a falência.

O mercado não é, pois, um *mecanismo natural* (inerente à *natureza das coisas*, ou à *natureza do homem*), o único instrumento capaz de *afetação eficiente e neutra de recursos escassos* e de *regulação automática* da economia. O mercado deve antes considerar-se, como o estado, uma *instituição social*, um *produto da história*, uma *criação histórica da humanidade*, correspondente a determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas; uma *instituição social*, destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de outros grupos sociais; uma *instituição política*, que veio servir (e serve) os interesses de uns, mas não os interesses de todos. Com David Miliband, diremos que, “longe de serem ‘naturais’, os mercados são políticos”.¹ O mercado e o estado são ambos *instituições sociais* (*instituições políticas*, neste sentido), que não só coexistem como são interdependentes, construindo-se e reformando-se um ao outro no processo da sua interação.

À luz do que fica dito, é claro que a *defesa do mercado* como mecanismo de regulação automática da economia, por oposição à *intervenção do estado* neste domínio e com este objetivo, não representa apenas um *ponto de vista técnico* sobre um *problema técnico*.

Em boa verdade, a defesa do mercado é a defesa do modelo (da concepção filosófica) liberal da economia e da

¹ Cfr. D. MILIBAND, *ob. cit.* Num artigo de 1996, que intitula “Markets as Politics”, Neil FLIGSTEIN (*ob. cit.*) mostra a estreita ligação entre estado e mercado nas sociedades capitalistas, evidenciando o papel essencial do estado na construção das instituições do mercado enquanto “construções sociais”.

sociedade, que assenta no mercado enquanto mecanismo que se afirma ser capaz de uma *arbitragem neutral* dos conflitos de interesses, enquanto instituição que, segundo a concepção de Hayek, “não pode ser justa nem injusta, porque os resultados não são planeados nem previstos e dependem de uma multidão de circunstâncias que não são conhecidas, na sua totalidade, por quem quer que seja.”

Hayek entende que só faria sentido falar de justiça ou injustiça acerca da distribuição dos benefícios e dos ónus operada pelos mecanismos do mercado se essa distribuição fosse o resultado da *acção deliberada de alguma pessoa ou grupo de pessoas*, o que não é o caso, segundo o filósofo, no pressuposto de que os mercados são *mercados de concorrência pura e perfeita*. Por isso ele defende que a expressão *justiça social* deveria ser abolida da linguagem dos economistas (e de todas as pessoas de bem, por certo...): “a expressão ‘justiça social’ não é, como a maioria das pessoas provavelmente sente – escreve ele –, uma expressão inocente de boa vontade para com os menos afortunados, (...) tendo-se transformado numa insinuação desonesta de que se deve concordar com as exigências de alguns interesses específicos que não oferecem para tanto qualquer razão autêntica”.²

O problema de Hayek reside no facto de a realidade não confirmar o pressuposto de que parte: todos sabemos, com efeito, que tais mercados nunca existiram e nunca hão-de existir.

A defesa do mercado significa, por outro lado, a defesa da concepção liberal do estado (considerado este como *pura instância política*, pretensamente separada da *economia* e da *sociedade civil*), da qual se deduz, como corolário, a tese da *não-intervenção do estado na economia* (em nome da qual se pretende esconder que o estado capitalista sempre garantiu

² As citações de F. Hayek são colhidas em D. GREEN, *ob. cit.*, 127.

ativamente a salvaguarda das estruturas económicas e das estruturas de poder em que assentam as economias capitalistas e as relações de produção que lhes são próprias).

Ora esta é uma concepção que, desvalorizando a lição dos fisiocratas, de Locke e de Adam Smith, deliberadamente ignora a ‘compreensão’ da *natureza de classe do estado* (para o dizermos em linguagem marxista), revelando-se incapaz de compreender que a *não-intervenção* do estado na economia é apenas – como os diversos tipos de intervenção – uma das formas de o *estado capitalista* cumprir a sua missão essencial de garantir as condições gerais indispensáveis ao funcionamento do modo de produção capitalista e à manutenção das estruturas sociais que o viabilizam.

Vistas assim as coisas, a *defesa do mercado* veicula uma concepção acerca da *ordem social que se considera desejável* e consagra uma atitude de *defesa da ordem social* que tudo confia ao mercado. Tal como a *crítica do mercado* e do seu pretensão *caráter natural* (por parte de marxistas, keynesianos, radicais ou ecologistas) veicula um propósito de *introduzir mudanças na ordem social estabelecida* ou de *substituir por outra ordem social*, em rotura com a ordem económico-social capitalista, que tem no mercado um dos seus pilares essenciais.

2. – Um dos elementos caracterizadores da globalização neoliberal – segundo alguns o fundamental – é a hegemonia do capital financeiro, justificando perfeitamente o epíteto de *capitalismo de casino*, que Susan Strange inventou para caracterizar este *capitalismo playboy* das últimas décadas.³

³ No Capítulo 12 da *General Theory*, Keynes tinha diagnosticado, aliás, esta situação, ao comparar a um casino a bolsa de Nova York, dado o peso das atividades puramente especulativas nela desenvolvidas. Desta equiparação entre as bolsas e os casinos extraiu Keynes a necessidade de

Os membros do chamado G7 desempenharam neste processo um papel decisivo, ao imporem a todo o mundo a lógica ‘libertária’ no que toca aos movimentos de capitais. O FMI (controlado, de facto, desde há muito, pelas grandes potências capitalistas, e, em particular, pelos EUA) foi o instrumento escolhido para, em nome da chamada ‘comunidade internacional’, executar esta missão. A partir da década de 70 do século XX, sempre que um país recorre aos serviços do FMI, este condiciona o apoio pretendido à aceitação, pelo país em dificuldades, dos princípios da *livre convertibilidade da moeda* e da *livre circulação internacional de capitais*.

Esta ‘liberdade’ traduziu-se numa enorme aceleração da mobilidade geográfica dos capitais. Assim facilitada a ação predadora dos grandes operadores financeiros que jogam na especulação, muitos países viram-se transformados em ‘reserva de caça’, à mercê da chantagem da retirada dos capitais para países mais ‘atrativos’. Vários destes países já nem ousam tributar os rendimentos do capital, engordando, também por esta via, os super-lucros dos especuladores.

Segundo os cânones do liberalismo, esta *liberdade de circulação dos capitais*, este *mercado livre dos capitais* deveria ter como consequência a melhoria da eficácia do sistema financeiro, com a consequente redução dos custos do financiamento e a distribuição mais equilibrada e mais racional (mais eficiente) do capital entre os vários países e os vários setores

restringir e encarecer o acesso às bolsas, tal como se faz com os casinos. Daí a sua proposta – que poderemos considerar o antepassado da famosa *Taxa Tobin* – no sentido de tributar fortemente os ganhos das transações bolsistas, com o objetivo de dissuadir os ‘jogos de casino’ (as operações de pura especulação financeira) e de fazer das bolsas um instrumento de recrutamento de capitais para financiar o investimento produtivo, reduzindo, simultaneamente, os riscos de instabilidade inerentes aos jogos de casino. Sobre o objeto desta nota, cfr. J. M. QUELHAS, *ob. cit.*, 702–705.

de atividade, promovendo um crescimento mais igual e mais harmonioso da economia mundial.

Mais uma vez, a realidade não corresponde ao modelo. Por volta de 2001, os dados disponíveis apontavam no sentido de que os EUA absorviam cerca de 80% da poupança mundial, estimando-se que, nos dez anos anteriores, os 11 países mais ricos do mundo teriam acolhido 78% do investimento estrangeiro global, cabendo aos cem países mais pobres apenas 1%. A realidade atual não mudou para melhor, antes se agravou.⁴

O *processo de globalização financeira* assume, indubitavelmente, uma importância fundamental no quadro da globali-

⁴ Cfr. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2001 e *Folha de S. Paulo*, 1.7.2001. Na sequência da reunião anual do FMI em 2004, foi atribuído a esta Agência da ONU o mandato para analisar os desequilíbrios comerciais que contribuem de forma significativa para a instabilidade global. O problema reside em que os EUA são o país que mais contribui para esta instabilidade geral, abusando dos privilégios que resultam do facto de o dólar ser utilizado como moeda nos pagamentos internacionais.

Com efeito, os EUA – que fazem figura de país mais rico do mundo – contraem diariamente empréstimos, concedidos em grande parte por países mais pobres, em valor superior a 2 mil milhões de dólares, “enquanto lhes passa sermões sobre boa administração e responsabilidade fiscal”.

Por outro lado, tomando os dados de 2005, o défice comercial dos EUA atingiu os 805 mil milhões de dólares, valor que ganha expressão se soubermos que os défices somados da Europa, do Japão e da China não ultrapassaram, nesse ano, 325 mil milhões de dólares.

Conclusão de Joseph STIGLITZ, que temos vindo a acompanhar (*ob. cit.*): “Se a análise dos desequilíbrios globais pelo FMI não for equilibrada, se não identificar os EUA como grande culpado, e não chamar a atenção para a necessidade de reduzir os défices fiscais americanos – por meio de impostos mais elevados sobre os mais ricos e de despesas menores em defesa – a relevância do Fundo no século XXI inevitavelmente declinará”.

zação neoliberal, traduzindo-se, em última instância, na criação de um *mercado único de capitais* à escala mundial e na consagração do *princípio da liberdade de circulação de capitais*, o que permite que os especuladores coloquem o seu dinheiro e peçam dinheiro emprestado em qualquer parte do mundo.

A desintermediação, a descompartimentação e a desregulamentação são as três características essenciais deste processo.

A *desintermediação* traduz-se na perda de importância da tradicional intermediação da banca nos mecanismos do crédito. Os grandes *investidores institucionais* (seguradoras, bancos, fundos de investimento, fundos de pensões e mesmo os Tesouros nacionais de alguns países) têm acesso direto e em tempo real aos mercados financeiros de todo o mundo para a colocação dos fundos disponíveis e para a obtenção de crédito, dispensando o recurso aos intermediários financeiros e evitando os respetivos custos de intermediação (o financiamento direto e o auto-financiamento substituem o financiamento indireto, intermediado pela banca).

A *descompartimentação* significa a perda de autonomia de (a abolição das ‘fronteiras’ entre) vários mercados até há pouco separados (mercado monetário, mercado financeiro, mercado de câmbio, mercados a prazo) e agora transformados em um *mercado financeiro único*, não só à escala de cada país mas também à escala mundial.

A *desregulamentação* consiste na plena liberalização dos movimentos de capitais, processo que teve início nos EUA nos anos 70 do século passado, prosseguindo de imediato com a abertura do sistema financeiro japonês em 1983/84 (em grande parte por imposição dos EUA), o desmantelamento dos sistemas nacionais de controlo de câmbios na Europa (nomeadamente com a criação do *Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu* e a *liberalização completa dos movimentos de capitais*, no início da década de 1990)

operando-se assim, gradualmente, sem necessidade de qualquer revolução, o que ele chamou a *eutanásia do rendista* e do *capitalista sem profissão* (“functionless investor” – cap. XXIV da *General Theory*).

Diferentemente, as políticas que vêm sendo levadas a cabo nas últimas décadas por todos os defensores da cultura dominante de matriz neoliberal empenham-se ativamente em criar as condições favoráveis à especulação e em proteger os que vivem das ‘rendas’ da especulação bolsista, das ‘rendas’ da especulação imobiliária e de todas as ‘rendas’ de tipo feudal garantidas pelo estado capitalista, agora na veste de *estado garantidor*.

Por isso voltaram a enterrar Keynes, sem lhe dar tempo para ressuscitar.

A verdade é que o neoliberalismo não existe fora do capitalismo. O neoliberalismo é o capitalismo na sua essência de sistema assente na exploração do trabalho assalariado, na maximização do lucro, no agravamento das desigualdades. O neoliberalismo é a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, hegemonia construída e consolidada com base na ação do estado capitalista, porque, ao contrário de uma certa leitura que dele se faz, o neoliberalismo exige um forte *estado de classe* ao serviço dos objetivos do setor dominante das classes dominantes, o capital financeiro.

A esta luz, poderemos dizer que, em certo sentido, esta é uma *crise do neoliberalismo* (ou uma *crise da financeirização*).³² Com efeito, a contra-revolução monetarista trouxe consigo a plena liberdade de circulação de capitais à escala mundial; a independência dos bancos centrais; a desregulamentação das atividades do setor financeiro; o livre curso do *processo de*

³² Uma caracterização desta *crisis of financialisation* pode ver-se em C. LAPAVITSAS e outros, *Eurozone Crisis*, cit., 4.

inovação financeira (criação de produtos derivados, mercados de futuros, todos os ingredientes das bolsas-casino); a prioridade absoluta conferida à estabilidade dos preços em detrimento do pleno emprego e do combate ao desemprego; a orientação das grandes sociedades anónimas no sentido de favorecer a distribuição de dividendos régios e de prémios principescos aos seus gestores, com prejuízo do auto-financiamento do investimento produtivo; a luta contra os sindicatos (nomeadamente contra a contratação colectiva); o aumento das taxas reais de juro cobradas pela banca e o aumento dos lucros do setor financeiro; o aumento do endividamento das famílias, das empresas e dos estados.

E estes são elementos claramente potenciadores da ocorrência das crises cíclicas próprias do capitalismo e da crescente dificuldade em sair delas através da recuperação das taxas de lucro das empresas não financeiras, do aumento da taxa de utilização da capacidade de produção instalada, do aumento do investimento privado em atividades produtivas, e, sobretudo, através do aumento da produção e do emprego. Neste sentido, sufragamos a tese segundo a qual “as últimas transformações do capitalismo [as que decorrem da ideologia neoliberal] podem conduzir a crises em que os mecanismos monetários e financeiros desempenham um papel central, aumentando a instabilidade inerente ao sistema. (...) Estas crises constituem uma componente maior dos custos do neoliberalismo”.³³

9.2. – Insinuem outros que, em boa verdade, a crise atual é uma espécie de *crise de costumes*, resultante da falta de ética do capital financeiro, patente na actuação desregrada e imoral de uns quantos gestores da alta finança.

³³ Cfr. G. DUMÉNIL e D. LÉVY, “Costs and benefits...”, cit., 602, e também C. CAMACHO e J. ROJAS NIETO, *ob. cit.*

A Chanceler alemã (jornais de 13.1.2009) chegou a explicar a crise como resultado de “excessos do mercado”, coisa que ninguém esperaria de uma instituição acima de toda a suspeita, tão *natural*, tão *espontânea*, tão *insubstituível*, tão *respeitável*, tão *infallível*.

Perante este diagnóstico, o remédio residiria em: transformar o mercado no que chamou de “mercado económico-social” (estranha categoria teórica e triste destino para um mercado que se preze...); *introduzir a ética no mercado*; *impor a moral nos negócios*; *regular o mercado* para que este se porte bem e não volte a cometer excessos.

Resta saber se a ética e o mercado, a moral e os negócios, o mercado e a regulação não serão conceitos tão separados uns dos outros como o azeite da água.³⁴

9.3. – Muito difundida é também a tese segundo a qual o que falhou foi a regulação e a supervisão.

E a verdade é que os sinais exteriores da crise puseram em evidência a influência negativa da atuação das autoridades responsáveis pela regulação e pela supervisão do setor financeiro, atuação frouxa, pouco transparente e cúmplice dos interesses do grande capital financeiro, atuação que tornou possível a desregulamentação do setor financeiro, a liberdade de criação de ‘produtos financeiros’ derivados, a absoluta liberdade de circulação do capital.

É caso para perguntar: onde está a surpresa? Subtraída à soberania do estado a função reguladora, poderia esperar-se

³⁴ “A moralização do capitalismo é, em rigor, impossível, visto que este é, em si mesmo, imoral: coloca-se ao serviço de uma minoria afortunada, instrumentaliza a grande massa dos trabalhadores e nega a sua autonomia. Exigir a sua moralização conduziria, na realidade, à exigência da sua supressão, seja qual for a dificuldade da tarefa”. Quem o afirma é o filósofo francês Yvon QUINIOU (*ob. cit.*).

que ela tivesse êxito, uma vez confiada às *agências reguladoras ditas independentes*?

A verdade é que foi sob o seu olhar cúmplice que o império do capital financeiro impôs a desregulamentação de toda a economia e, em especial, do setor financeiro, e conseguiu o que queria: a entrega dos chamados ‘mercados’ aos especuladores e a entrega das *famílias*, das *empresas produtivas* e dos próprios *estados nacionais* aos “mercados”, isto é, aos especuladores, aos que constituem *a sida da economia mundial* (Jacques Chirac *dixit*).

A verdade é que foi sob a ‘autoridade’ destas agências reguladoras que os bancos e o sistema financeiro em geral, libertos do controlo do estado, se lançaram no aventureirismo mais irresponsável (para usar linguagem diplomática), comprometendo nos ‘jogos de casino’ não só os interesses dos seus clientes, mas todas as atividades produtivas e criadoras de riqueza.

Criadas em pleno ‘reinado’ do neoliberalismo, estas agências e a sua ‘independência’ foram ‘inventadas’ porque todos sabem (a começar pelos seus ‘inventores’) que, libertas do *dever de prestar contas* perante os órgãos do poder político legitimados democraticamente e do escrutínio político do povo soberano, essas agências ficam mais vulneráveis do que o estado à influência dos interesses económicos dominantes. Filhas do neoliberalismo, elas adotam, naturalmente, os dogmas do seu criador. O destino desta ‘regulação neoliberal’, *amiga do mercado*, só poderia ser a desregulação. Está de acordo com a sua natureza.

Quanto a nós, o estado (*regulador* ou *desregulador*) cumpriu o seu papel de deixar o campo aberto à *livre circulação de capitais*, à *livre criação de produtos financeiros derivados*, inventados com todo o carinho dos seus criadores para alimentar as apostas no casino em que transformaram o mundo.

O Sr. Alan Greenspan, o grande apóstolo da desregulamentação (que se define a si mesmo como “defensor ferrenho do livre funcionamento dos mercados”³⁵), sempre defendeu, como Presidente do FED, que quanto mais liberdade para o capital financeiro melhor para os negócios (e melhor para o mundo). O seu estímulo e o seu aplauso como ‘papa’ do mundo financeiro facilitaram a revogação (em 1999) do *Glass-Steagall Act*, deixando os bancos livres para a especulação.³⁶ A onda liberalizadora e desregulamentadora abriu as portas do casino aos bancos, e estes, como jogadores compulsivos, ‘queimaram’ no jogo, criminosamente, o dinheiro dos depositantes.

As suas responsabilidades foram-lhe recordadas numa Comissão do Congresso, perante a qual, já em plena crise, Greenspan prestou declarações. “O senhor – disse-lhe o Presidente da Comissão – tinha autoridade para evitar práticas irresponsáveis que conduziram à crise dos empréstimos *subprime*. Foi avisado por muita gente para atuar nesse sentido. Agora a nossa economia como um todo está a pagar o preço”.³⁷

Na sequência do interrogatório, o Congressista recorreu afirmações públicas de Greenspan defendendo as teses mais fundamentalistas do neoliberalismo: “não é necessária qualquer regulação pública”, mesmo quando se trata de “transações de produtos derivados fora de bolsa”, porque “nada na regulação levada a cabo pelo estado a torna superior à regulação do mercado”. E perguntou-lhe se se sentia pessoalmente responsável pelo que aconteceu. Greenspan não respondeu diretamente e o Presidente da Comissão continuou a citá-lo: “Eu tenho uma ideologia. O meu juízo é

³⁵ Cfr. A. GREENSPAN, *A Era...*, cit., 359.

³⁶ Cfr. A. GREENSPAN, *A Era...*, cit., 362/363.

³⁷ As citações relativas a esta sessão no Congresso dos EUA foram colhidas em J. CASSIDY, *ob. cit.*, 4-6.

que mercados livres e de concorrência são, de longe, o melhor modo de organizar as economias. Tentámos as regulações. Nenhuma delas funcionou minimamente”. Como quem diz: *eu tenho uma ideologia* e atuei em conformidade com ela, porque só o *mercado livre* resolve os problemas.

Foi a vez de o Congressista insistir: “O senhor acha que a sua ideologia o empurrou para tomar decisões que o senhor gostaria de não ter tomado?” “O senhor enganou-se?” Resposta de Greenspan: “Eu cometi um erro ao presumir que os interesses próprios de organizações, especificamente bancos e outras, eram tais que constituíam o modo mais capaz de proteger os seus próprios acionistas e as suas ações nas empresas (...) Na realidade, um pilar crítico da concorrência e do mercado livre quebrou. E penso que isso me chocou. Ainda não compreendi inteiramente porque é que isso aconteceu, e, obviamente, na medida em que eu veja claro o que aconteceu e porquê, eu mudarei os meus pontos de vista”.

Em outro momento das suas declarações, Greenspan afirmou: “Encontrei uma falha no modelo que eu considerava como a estrutura crítica de funcionamento que define o modo como o mundo funciona, se posso dizer assim”. Tentando concluir, o Presidente da Comissão interpelou Greenspan: “Por outras palavras, o senhor acha que a sua concepção do mundo, a sua ideologia, não era correta”? Ao que Greenspan respondeu: “Precisamente”. Mas não deixou de invocar que uma ideologia é, a seu ver, um quadro concetual indispensável para lidar com a realidade e que, *para existir, precisamos de uma ideologia* (“To exist, you need an ideology”).

É um diálogo curioso e elucidativo. Ele mostra que se entregou à raposa a guarda da capoeira, confiando a regulação ao defensor mais radical da desregulação. Ele mostra também quanto é urgente uma reflexão séria sobre esta problemática por parte de todos aqueles que, à ‘esquerda’, em nome do pragmatismo, da ‘modernidade’, da ‘respeitabi-

lidade’ como políticos capazes de bem gerir o capitalismo, vêm procurando apagar a ideologia (porque, à maneira da Sr^a Thatcher, entendem que *não há alternativa...*), aceitando, como ‘comandos’ inevitáveis, os dogmas da ideologia neoliberal.

Como se diz atrás, há anos que os especialistas na matéria chamam a atenção dos responsáveis políticos para o perigo de os novos produtos financeiros, nomeadamente os *produtos derivados*, se transformarem em “armas de destruição maciça”. O ‘desregulador-mor’ não ignorava estes estudos. Mas, como todos os grandes do mundo, há-de ter pensado que, nas guerras, quem costuma morrer é o povo...

O que é verdade é que nas cimeiras do G20 de 2008 (Washington) e de 2009 (Pittsburg) se falou da necessidade de reforçar os mecanismos de regulação e de supervisão do setor financeiro. Mas não se foi além da conversa.³⁸

Quando o ‘negócio’ faliu, chamaram o povo para os salvar, e o povo está a pagar a fatura.

Razão tinha Michel Rocard quando avisava (2003) que “numa economia mundialmente aberta [esta economia dominada pelo capital financeiro especulador] *não há lugar para a regulação nem limites para a violência da concorrência*”. Dito de outro modo: em um mundo governado pelas políticas neoliberais, *não há lugar para a regulação, e não há limites para a violência dos grandes conglomerados internacionais*.

Em suma: a regulação é uma falácia, não é coisa para levar a sério, porque dela não resulta nada, nem pode resultar.

9.4. – Toda a construção liberal assenta na ideia de que o melhor dos mundos se atinge, graças à *mão invisível* inven-

³⁸ Informação colhida no chamado *Relatório Podimata*, cit., 5.

tada por Adam Smith, deixando funcionar o mercado para que a taxa de lucro possa crescer, e, com ela, o investimento, o crescimento económico e o bem-estar para todos.

Este otimismo dos clássicos ingleses acerca das possibilidades de crescimento sem limites e da melhoria generalizada das condições de vida vinha reforçada pela confiança na Lei de Say, segundo a qual não são possíveis crises de sobreprodução generalizadas, e pela convicção de que, em virtude de leis naturais, os salários nunca poderiam, duradouramente, ultrapassar o valor correspondente ao *mínimo de subsistência*.

Este o enquadramento que justificava o *paraíso liberal* (o mesmo dos neoliberais dos nossos dias).

A verdade, porém, é que Maltus e depois Marx, cada um à sua maneira, vieram mostrar o que a vida confirmaria: as crises cíclicas de sobreprodução são inerentes ao capitalismo. Perante a evidência da Grande Depressão, o próprio Keynes reconheceu que, nas sociedades capitalistas, as situações de pleno emprego são *raras e efémeras*.

Esta é, pois, mais uma crise do capitalismo, cujas causas últimas, indo além das bolhas especulativas e dos jogos de casino que tornaram a crise indisfarçável, radicam na própria essência do capitalismo e foram-se acentuando à medida que se iam consolidando os resultados da *mundialização feliz* de que falam os apóstolos da política de globalização neoliberal dominante.

Não será a última, mas ela ajudará a enfraquecer ainda mais este corpo condenado a morrer (como tudo o que é histórico) e a dar lugar a um mundo diferente, apesar de todos os meios – e são muitos – que podem ainda prolongar-lhe a vida.

10. – Parece até que, desta vez, tudo foi planeado para que a crise acontecesse, de modo a que, a pretexto dela, os grandes senhores do mundo possam agora aniquilar os direitos sociais dos trabalhadores (e, portanto, também os seus direitos

euro, os custos unitários do trabalho baixaram e os lucros líquidos aumentaram: entre 1998 e 2007, os salários reais baixaram, em média, 0,8%/0,9%; os custos reais do trabalho diminuíram cerca de 0,5% e os lucros líquidos aumentaram entre 6 e 8 vezes mais que os salários reais.⁶⁹

17. – Importa salientar, por outro lado, o papel atribuído ao BCE, respeitando os cânones monetaristas mais radicais.

O BCE foi dotado do estatuto de *instância supranacional*, de facto, um verdadeiro *banco central federal*. Os bancos centrais nacionais dos países do euro (meras *repartições periféricas* do BCE) têm um protagonismo inferior ao dos bancos centrais dos estados federados da União americana. Para além de os bancos centrais nacionais serem obrigados a cumprir as deliberações e orientações do BCE, este pode, inclusivamente, fazer recomendações às autoridades nacionais no que toca à supervisão prudencial das instituições de crédito e à estabilidade do sistema financeiro.

⁶⁹ No que se refere especificamente a Portugal, tomando o período entre 2001 e 2009, a economia quase não cresceu (em média, 0,6% ao ano, muito pouco, se compararmos com a taxa de 5% registada na década 1971-1980, a taxa de 3,6% na década 1981-1990 e de 3%, na década 1991-2000); o investimento público diminuiu 3% ao ano, tendo diminuído também a despesa pública agregada; o défice público quase triplicou; o endividamento do estado, das empresas e das famílias aumentou; a produção industrial diminuiu (-1,8% ao ano); o défice da balança de pagamentos correntes aumentou (17 mil milhões de euros em 2009); a taxa de desemprego quase duplicou; o poder de compra da população diminuiu (cerca de 0,3% ao ano entre 2005 e 2009); a parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional (a taxa de exploração) diminuiu acentuadamente. Em contrapartida, o estado não poupou esforços para dar muito dinheiro a ganhar aos grandes grupos económico-financeiros, sem qualquer risco para estes (PPP, benefícios fiscais, nomeadamente em sede de IRC, oferta de um porto de abrigo para a evasão e outras práticas ainda menos confessáveis na Zona Franca da Madeira). Ver P. CARVALHO, “O Pacto...”, cit., 161-169.

Desde a ‘revelação’ do dogma neoliberal da *independência dos bancos centrais*, o BCE é o banco central mais *independente* que se conhece. A sua *independência* traduz-se no facto de ele estar impedido de solicitar ou receber instruções das instituições comunitárias ou dos governos dos estados-membros. Segundo o entendimento a que se chegou no Conselho de Helsínquia (dezembro/1999), as relações do BCE com outras instâncias (comunitárias ou nacionais) competentes no domínio das atribuições do Banco mantêm-se ao nível de um *diálogo não vinculativo*, do qual não pode decorrer qualquer compromisso do BCE no sentido de vir a coordenar as suas decisões de política monetária com as decisões de qualquer outra instituição sobre as demais áreas da política económica e social.

Mas a verdadeira ‘independência’ do BCE, que lhe permite mesmo arrogar-se “um núcleo central de soberania”⁷⁰, radica no facto de a UE não ser um estado federal, o que significa que não existe um *estado europeu*, com o qual o BCE seja obrigado a concertar a sua atuação.

O objetivo primordial do BCE, responsável pela *política monetária única* dos países que adotaram o euro como moeda, é, segundo os seus Estatutos, o da *estabilidade dos preços*, a ele devendo ser sacrificados todos os outros objetivos de política económica, nomeadamente o crescimento económico, a luta contra o desemprego e a promoção do pleno emprego, a redistribuição do rendimento, o desenvolvimento regional equilibrado.

Diferentemente, nos EUA, o Sistema de Reserva Federal (FED) é uma agência governamental entre outras, *independent within the Government*, obrigado a trabalhar no sentido de adequar a sua acção não só ao objetivo da estabilidade

⁷⁰ É o que se afirma no *Boletim Mensal do BCE* (outubro/2000, 55): “o Eurosistema foi dotado de um núcleo central de soberania”.

dos preços como aos objetivos do crescimento económico e da promoção do emprego, cuja definição e concretização cabe aos órgãos do poder político.

Em outro plano, os EUA (como o Japão, o RU, a China e outros países) podem financiar as políticas públicas recorrendo à via monetária (isto é, à emissão de moeda). Ao invés, a União Europeia e os estados membros estão impedidos de beneficiar de qualquer tipo de crédito concedido pelo BCE, ao qual é igualmente vedado comprar diretamente (no mercado primário) títulos de dívida emitidos pela União ou pelos estados membros, bem como garantir, por qualquer meio, obrigações ou dívidas da União ou dos estados membros.

Mas o BCE pode emprestar (e tem emprestado) dinheiro aos bancos privados, fornecendo-lhes, a taxas de juro à volta de 1%, a liquidez de que precisam para desenvolver os seus negócios, dinheiro que eles emprestam depois a Portugal e a outros países em dificuldades a taxas que rondam já os 20%.

Amparado nos Estatutos (que constam dos Tratados!), o BCE tem usado a sua 'soberania' para atuar como instrumento da *financeirização* da Europa e guardião dos interesses do capital financeiro especulador.

É uma situação algo esquizofrénica, a carecer de cura urgente.

18. – Logo que se tornou clara a necessidade de auxiliar a Grécia a enfrentar os problemas decorrentes da sua dívida externa, dizia-se que a dívida externa grega andava à roda dos 130% do PIB.⁷¹ Mas ninguém falava do Japão, cuja

⁷¹ Os EUA, que foram, desde o fim da 2ª Guerra Mundial até 1985, um país credor, transformaram-se, entretanto, no maior devedor à escala mundial. Em finais de 2005, os títulos de dívida pública americana detidos por estrangeiros (em grande parte a China e o Japão) represen-

dívida soberana rondava os 200% do PIB. Com uma diferença: é que os credores da dívida soberana do Japão são, em mais de 90%, os próprios japoneses. O Japão está, por isso, em condições de resolver *politicamente* os problemas da sua dívida soberana. Alguns países europeus (a Itália, por exemplo) apresentam uma situação semelhante à do Japão.

Na generalidade dos países, porém, os meios ao dispor da sociedade de consumo conduziram à quase anulação da poupança privada e até ao sobreendividamento das famílias. Os próprios estados retiraram todos os atrativos aos instrumentos de poupança ao alcance das pequenas bolsas (assim aconteceu em Portugal) e desistiram de desenvolver políticas sérias de estímulo à poupança.⁷²

No que se refere à zona euro, a política monetária única serve apenas o objetivo de garantir a estabilidade dos preços, e as receitas neoliberais, nomeadamente a que se traduz na independência dos bancos centrais, retiraram aos estados a possibilidade de se financiarem através da emissão de moeda. Ao menos para os estados mais fracos, é, verdadeiramente, a *privatização do estado*, colocando os estados nacionais na mesma situação de qualquer particular: quando precisam de dinheiro, vão aos mercados e estes é que decidem se concedem crédito ou não (e em que condições), decidindo, em último termo, o que convém ou não convém ao país, apesar de não terem nenhum mandato democrático para o exercício dessa função de gestores da *res publica*.

As grandes empresas, em vez de fazerem poupanças com vista ao auto-financiamento, pagam honorários faraónicos aos seus administradores e distribuem dividendos não menos

tavam um valor correspondente a 107,4% do PNB dos EUA. Cfr. C. CAMACHO e J. ROJAS NIETO, *ob. cit.*, 22.

⁷² Em Portugal, a taxa de poupança das famílias baixou de 20% em 1995-1998 para 9% do PIB em 2009. Cfr. P. LEÃO, *ob. cit.*, 3.

faraónicos aos seus acionistas, dinheiro que, em boa parte, vai para os paraísos fiscais ou é ‘investido’ nos jogos de bolsa. Em muitos países (incluindo Portugal), as bolsas de valores não têm nada que ver com o financiamento das empresas (através da emissão de ações ou obrigações no mercado primário), funcionando como meros casinos para gente com muito dinheiro.

Os bancos, as companhias de seguros, as sociedades gestoras de fundos de pensões e outras instituições financeiras utilizam muitos dos fundos que administram (incluindo os depósitos que recebem, quando é o caso), não para financiar o investimento produtivo, mas apostar nos jogos de bolsa, em operações especulativas, na aquisição de ‘produtos estruturados’ que nem eles sabem muito bem o que seja.

É isto que “os mercados” querem: famílias, empresas, estados, estão todos nas mãos do capital financeiro.

19. – Quando se pensa no combate a esta chamada *crise da dívida soberana*, é claro que a ONU não tem voz nestas matérias.

Apesar de desacreditados, o Banco Mundial e o FMI continuam iguais a si próprios, passando a vida a anunciar e a rever projeções sobre o (não) crescimento económico e sobre a evolução do (des)emprego.

As reuniões do G8 e do G20 têm-se limitado a confirmar o que já se sabia: as potências dominantes no mundo capitalista estão unidas quanto ao aproveitamento da crise para avançar na redução dos direitos dos trabalhadores, para asfixiar a segurança social pública e para estreitar a eficácia dos direitos fundamentais, nomeadamente através do esvaziamento do conteúdo dos direitos económicos, sociais e culturais. Mas estão cada vez mais visivelmente divididas no que toca à luta pelos mercados (a velha questão do *espaço vital*, que tem estado por

detrás dos conflitos inter-imperialistas, nomeadamente os que conduziram às duas guerras mundiais).

19.1. – Porque a União Europeia não é um estado federal – e acreditamos que os seus povos não querem sê-lo –, os elementos da soberania nacional retirados aos estados membros não foram transferidos para nenhuma instância comunitária, como já dissemos atrás: o Parlamento Europeu não é um verdadeiro parlamento representativo da soberania popular; não há um orçamento comunitário digno desse nome; a Comissão Europeia não é um governo comunitário e não dispõe das competências nem dos meios financeiros para definir e aplicar políticas anti-cíclicas; a política monetária única está completamente desfasada da realidade da grande maioria dos países que integram a união monetária; em vez de uma política fiscal comum (ao menos no que toca aos impostos sobre os lucros das sociedades comerciais e sobre as transações financeiras), o *dumping fiscal* é estimulado como prática de concorrência desleal entre estados-membros da UE.

À escala europeia, a soberania dos estados nacionais (a política soberana) deixou de contar (ao menos para os estados mais débeis) e a soberania da União não existe. Apesar de ser um navio-almirante da armada neoliberal, a UE navega à vista, seguindo os sinais dos “mercados” e as rotas traçadas pelas agências de *rating* americanas, deixando os seus membros isolados para se defenderem dos especuladores, permitindo que estes, financiados pelo BCE a baixo custo, especulem contra os estados nacionais mais débeis, obrigados a suportar a austeridade característica dos velhos “programas de estabilização” que o FMI impôs aos países subdesenvolvidos e semi-colonizados (as famosas *pílulas do Dr. Jacobson*).

A UEM é um ‘negócio’ da Alemanha, que agora recusa algumas soluções que poderiam ajudar a aliviar a pressão. Se “os mercados” atacam os países mais débeis do euro, a

emissão de *títulos de dívida comunitários* (as famosas *euro-obrigações*, de que tanto se fala) poderia permitir que a defesa do euro, perante os ataques especulativos de que é alvo, fosse assegurada não apenas à custa dos sacrifícios daqueles que são o elo mais fraco da cadeia, mas com o contributo de todos os países da zona euro.

Em fevereiro de 2011, o Parlamento Europeu defendeu a criação de uma instituição permanente da UE com a responsabilidade de emitir e gerir euro-obrigações, e proclamou a necessidade de a Comissão Europeia estudar as condições adequadas para que um tal sistema de euro-obrigações possa ser, como instrumento comum de gestão da dívida, benéfico para a zona euro como um todo e para cada um dos estados-membros.⁷³ Esta solução tem sido adiada, porque a Alemanha não a quer.

19.2. – Amarrados aos dogmas neoliberais plasmados nos seus Tratados estruturantes, mesmo os mais fiéis europeístas continuam sem saber muito bem o que é a UE e sem saber o que querem fazer dela.

Como se diz atrás, depois da crise do peso mexicano (1995), vários responsáveis do topo do mundo capitalista vieram dizer que os *especuladores* (i. é, *os mercados*, porque “os mercados” e os especuladores são uma e a mesma coisa) atuam “fora de qualquer controlo dos governos e das instituições internacionais” [John Major, Primeiro Ministro britânico] e que eles são “a sida da economia mundial” [Jacques Chirac], concluindo que “o mundo está nas mãos *destes tipos*” [como admitiu então o Director-Geral do FMI]. Verdade de ontem, verdade de hoje. Porque, entretanto, nada se fez para pôr termo a esta situação inadmissível.

⁷³ Cfr. *Relatório Podimata*, cit., 11.

No entanto, mesmo dentro da lógica capitalista, parece que a solução que se impõe com urgência é a de deitar fora os dogmas neoliberais e as políticas que neles se inspiram, não a de acrescentar mais neoliberalismo ao neoliberalismo, mais recessão à recessão, mais dívida à dívida, mais desemprego ao desemprego, mais pobreza à pobreza, como está a acontecer, numa verdadeira descida dantesca aos infernos.

James Galbraith entende que a arquitetura neoliberal da Europa está em vias de entrar em colapso. A nosso ver, ela está na origem de muitos dos nossos males e agrava os nossos problemas, em vez de ajudar a resolvê-los. E cremos que tem razão o professor americano quando diz que a alternativa é simples: “radicalidade desastrosa do rigor orçamental [imposta pelo TUE e pelo PEC] ou radicalidade construtiva do pleno emprego. Radicalidade bancária ou radicalidade social”.

São opções de política económica e social que estão abertas. Mas os que optam pelo pleno emprego e pelos direitos sociais têm que trabalhar nesse sentido, incluindo no plano ideológico, porque o edifício da Europa neoliberal, apesar das suas enormes deficiências estruturais, não cairá por si mesmo.

O peso da ideologia dominante continua ser a ser isso mesmo, dominante, apesar de ser óbvio que é preciso acabar com este estado de coisas. Se as regras não mudarem radicalmente, os países alvo das manobras especulativas ficarão condenados a não fazer mais do que escravizar os seus cidadãos, obrigando-os a pagar os custos do combate ao défice e do combate à dívida externa, ‘doenças’ que nunca conseguirão curar, porque o ‘remédio’ receitado pela farmácia neoliberal (baixa dos salários e destruição dos direitos dos trabalhadores) só acrescenta recessão à recessão e a recessão só pode ocasionar mais défice e mais dívida, além de mais desemprego, mais pobreza e mais desigualdade.

Tal como os estados nacionais, a União Europeia não pode ser dominada pelos bancos, tem que ser ela a dominar

militarização da economia e da política americanas e o eventual recurso à guerra contra tal ‘inimigo’. *Grande inimigo* poderá ser o Irão? Ou terá que ser a China, que é hoje o maior credor dos EUA? A verdade é que os EUA, por vezes instrumentalizando a NATO, vêm procurando estabelecer ou consolidar parcerias estratégicas com a Rússia, com o Japão, com a Índia, com o Paquistão, com a Indonésia, com a Austrália.

Acresce que o caráter predador do crescimento económico capitalista tem vindo a provocar a escassez (não reversível) de bens essenciais à vida (a água, os solos, as florestas), mas também de matérias-primas e de produtos energéticos (petróleo e gás natural). E este fenómeno, que produziu já um surto especulativo sobre produtos alimentares (em especial dos que podem ser usados na produção de biodiesel), matérias-primas e petróleo (com o perigoso aumento dos respetivos preços, no início de 2008), tem vindo a acentuar a pressão com vista ao controlo dos países do Médio Oriente (incluindo a Líbia) e das rotas de transporte do petróleo e do gás natural, num quadro em que afloram por vezes contradições potencialmente explosivas entre as potências dominantes. Com a tragédia do *tsunami* que se abateu sobre o Japão, a questão energética e os conflitos a ela associados vão ganhar ainda mais importância, perante a visibilidade acrescida dos riscos da solução nuclear e o abandono das centrais nucleares (caso da Alemanha e, provavelmente, também do Japão).

30. – Neste tempo de grandes contradições, a vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas os ganhos de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica que tem caracterizado os últimos duzentos e cinquenta anos de vida da humanidade dão-nos razões para acreditar que podemos construir um mundo de coope-

ração e de solidariedade, um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta.

A *globalização neoliberal*, que alguns procuram fazer passar como uma pura consequência ‘mecânica’, automática, inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico, deve antes ser entendida como um *projeto político* levado a cabo de forma conciente e sistemática pelos grandes senhores do mundo, apoiados, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da ideologia dominante, responsáveis pelo totalitarismo do *pensamento único*, assente nos dogmas do neoliberalismo.

E o neoliberalismo não é um fruto exótico que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais nada em que pensar.

O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar.

O neoliberalismo é o capitalismo puro e duro do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho.

O neoliberalismo é a *ditadura da burguesia*, sem concessões. Mais especificamente: a *ditadura do grande capital financeiro*.

À luz deste entendimento, a crítica da globalização não pode, é claro, confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer ‘paraíso perdido’, negador da ciência e do progresso. Os adversários da *globalização predadora* que marca o nosso tempo não podem deixar de apoiar a revolução científica e tecnológica. Mas não podem confundi-la com a globalização nem ver nesta o resultado inevitável daquela. Seria indesculpável que cometêssemos hoje o erro dos pri-

meiros operários da revolução industrial inglesa, que destruíram e sabotaram as máquinas por verem nelas o seu inimigo.

O que está mal na globalização atual é o neoliberalismo que a alimenta, a estrutura dos poderes em que ela se apoia, os interesses que serve, não a revolução científica e tecnológica que torna possíveis alguns dos instrumentos da *política neoliberal globalizadora*.

Sendo a globalização neoliberal um *projeto político*, os seus adversários têm de ser capazes de alimentar um *espírito de resistência* à ideologia dominante, e têm de pôr de pé um *projeto político* inspirado em valores e empenhado em objetivos que o mercado não reconhece nem é capaz de prosseguir, um *projeto cultural* que assente na confiança no homem e nas suas capacidades, rejeitando a lógica determinista que nos imporia, como inevitável, *sem alternativa possível*, a atual globalização neoliberal, uma das marcas desta *civilização-fim-da-história*.

Apesar da ‘ditadura global’ que caracteriza este tempo de hegemonia unipolar e de pensamento único, é preciso aproveitar as brechas que se vão abrindo na fortaleza do capitalismo globalizado. “Os que protestam contra a globalização – reconhecia *The Economist*, no editorial de 23.9.2000 – têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos”.

Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo veio dizer – há quase onze anos! – o que nós já sabíamos: os *motores da globalização* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

31. – Para sairmos desta caminhada vertiginosa para o abismo, é necessário evitar que o mercado substitua a política e que o estado democrático ceda o lugar a um qualquer estado tecnocrático.

Aos universitários e aos intelectuais em geral cabe, como cidadãos, como universitários e como intelectuais, uma responsabilidade enorme nas lutas a travar, tanto no que se refere ao trabalho teórico (que nos ajuda a compreender a realidade) como no que respeita à luta ideológica (que nos ajuda a combater os interesses estabelecidos e as ideias feitas), porque a luta ideológica é, hoje mais do que nunca, um fator essencial da luta política e da luta social (da luta de classes).

Sigamos todos o exemplo de Chico Buarque, que, em tempos de escuridão, sonhava e cantava o seu “sonho impossível”, porque acreditava nele e nos apontava o caminho: “Lutar, quando é fácil ceder / (...) Negar, quando a regra é vender / (...) E o mundo vai ver uma flor / Brotar do impossível chão”.

Sabemos que o desenvolvimento científico e tecnológico conseguido pela civilização burguesa proporcionou um aumento meteórico da capacidade de produção e da produtividade do trabalho humano, criando condições mais favoráveis ao progresso social. Este desenvolvimento das forças produtivas (entre as quais avulta o próprio homem, como criador, depositário e utilizador do conhecimento) só carece de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a vida coletiva, para que possamos alcançar o que todos buscam: a felicidade.

Mas também sabemos que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor: o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o ‘motor da história’. Essas mudanças hão-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades

humanas. Mas os povos organizados podem acelerar o movimento da história e podem ‘fazer’ a sua própria história, dispondo-se à luta para tornar o sonho realidade. E se *o sonho comanda a vida, a utopia ajuda a fazer o caminho.*

Apesar das nuvens negras dos dias que passam, acreditamos que o direito ao sonho e à utopia tem hoje mais razão de ser do que nunca. Afinal, a progresso científico e tecnológico tem vindo a confirmar a utopia que transparece no *Anti-Dühring*: a humanidade há-de um dia saltar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*.

*Redação concluída no dia 9 de julho de 2011
Quinta dos Casões, Fornotelheiro, Celorico da Beira*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRESS, Hans-Jürgen e Henning LOHMANN (eds.), *The working poor in Europe: employment, poverty and globalization*, Edward Elgar, 2008.
- AVELÂS NUNES, António José – “Nota sobre a independência dos bancos centrais”, em *Ensaios de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes*, ISEG-UTL, Lisboa, 1996 (também publicado em *Estu-dos Jurídicos*, Revista da PUC/PR, Vol. IV, nº 1, agosto/1997, 51-70);
- “A institucionalização da União Económica e Monetária e os Estatutos do Banco de Portugal”, em *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XLV-A (especial), Coimbra, FDUC, 2002, 65-98;
- *Economia*, Vol. II, *O Crédito* (Lições aos alunos do 5º ano da FDUC), edição dos Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006;
- *A Constituição Europeia – A constitucionalização do neoliberalismo*, Coimbra Editora/Editora Revista dos Tribunais, Coimbra/São Paulo, 2006/2007.
- CAMACHO, Carlos Morera e NIETO, José Antonio Rojas – “The Globalisation of Financial Capital, 1997-2008”, em <http://researchonmoneyandfinance.org>, 15 março/2009
- CARVALHO, Pedro – “A Crise por detrás da(s) Crise(s). Reflexões sobre a evolução sistema capitalista do século XIX à Grande Deپرessão”, em *Vértice*, nº 152, maio-junho/2010, 81-99;
- “O Pacto e o(s) PEC(s), mecanismos de exploração e a ofensiva do capital. O exemplo português no contexto europeu”, em *Vértice*, nº 156, jan-fev/2011, 160-173.
- CASSEN, Bernard e outros (Coord.), *Contra a ditadura dos mercados*, trad. port., Campo da Comunicação, Porto, 2000.
- CASSIDY, John – *How Markets Fail – The Logic of Economic Calamities*, Londres, Allen Lane/Penguin Books, 2009.
- CROTTY, James – “The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Market Competition and Impatient Finance Nonfinancial Corporations in the Neoliberal Era”, em *Review of Radical Political Economics*, Vol. 35, nº 3 (2003), 271-279.
- DUMÉNIL, Gérard e Dominique LÉVY – “Costs and benefits of neoliberalism. A class analysis”, em *Review of International Political Economy*, Vol. 8, nº 4, Inverno/2001, 578-607;

- “The profit rate: where and how much did it fall? Did it recover? (USA 1948-2000)”, em *Review of Radical Political Economics*, vol. 34 (2002), 437-461.
- FLIGSTEIN, Neil – “Markets as Politics: A Political-Cultural Approach to Markets Institutions”, em ABOLAFIA, Mitchel Y. (Editor) – *Markets*, Vol. 7 de *Critical Studies in Economic Institutions*, An Elgar Reference Collection, 2005, 307-324.
- GALBRAITH, James K. – *Introdução* à edição brasileira de John Kenneth GALBRAITH, 1929 – *A Grande Crise*, Larousse do Brasil, São Paulo, 2010, 9-14;
- “Que Europa para controlar os mercados?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), junho/2010, 3.
- GALLIN, Dan – “Reinventar a política sindical”, em B. CASSEN e outros (Coord.), *ob. cit.*, 101-122.
- GOLDSTEIN, Fred – “Capitalism in Crisis” (outubro/2010), disponível em www.louvagecapitalism.com
- GREEN, David G. – *The New Conservatism – The counterrevolution in political, economic and social thought*, St. Martin’s Press, New York, 1987.
- GREENSPAN, Alan – *A Era da Turbulência – Aventuras em um novo mundo*, trad. bras., Elsevier editora/Campus, São Paulo, 2008.
- HALIMI, Serge – “O crime compensa”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), março/2010.
- HAYEK, Frederich – “Unions, Inflation and Profits” (original de 1959), em F. HAYEK, *Studies in Philosophy, Politics and Economics* (1ª edição, 1967), Routledge and Keagan Paul, Londres, 1978.
- HUSSON, Michel – “Uma forma exacerbada de rendibilizar o capital”, em B. CASSEN e outros (Coord.), *ob. cit.*, 51-53.
- HUTCHISON, T. W. – *The Politics and Philosophy of Economics*, Basil Blackwell, Oxford, 1981.
- IMBERT, Pierre-André – “Todo o poder ais fundos de pensões”, em B. CASSEN e outros (coord.), *ob. cit.*, 41-47.
- KELLY, Marjorie – *The Divine Right of Capital*, Berret-Koehler, San Francisco, 2001.
- KRUGMAN, Paul – “Quando a austeridade falha”, *The New York Times*, 25.5.2011 (publicado em Portugal pelo *Jornal ã*).
- LAPAVITSAS, Costas – “Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation”, em *Historical Materialism*, Vol. 17 (2009), 114-148.
- LAPAVITSAS, C., A. Kaltenbrunner, G. Lambrinidis e outros – “The Eurozone Between Austerity and Default”, RMF occasional report, setembro/2010, em www.researchonmoneyandfinance.org.